

## **Goodwill & Impairment Test: Considerações Sob a Luz do US GAAP**

Autoria: César Augusto Biancolino, Patrícia Desidério Aramayo

### **Resumo**

O reconhecimento dos “valores justos” dos ativos proporcionados pela aplicação dos conceitos de “Impairment” emanados pelo FASB em vigor desde 1995 recentemente sofreram alterações.

Estas alterações passaram a considerar o Goodwill e demais ativos intangíveis como itens de vida útil indeterminada, desde que satisfaçam as deliberações respectivas referentes ao teste de Impairment.

As consequências inerentes a este fato notório da história da contabilidade internacional são analisadas sob os enfoques contábil e econômico, criando um cenário propício e espaço para a reflexão do leitor.

Com respeito à Liberação de Conceito dos Padrões de Contabilidade Internacionais, muitos analistas apoiaram o uso do Teste de Impairment, como forma de melhorar a qualidade de padrões adotados internacionalmente.

Uma revisão das diferenças sobre o tratamento do goodwill diminuiria as dúvidas sobre a possibilidade de se alcançar, qualquer tempo, um acordo contábil de alta qualidade.

### **Abstract**

The recognition of the "fair values" of assets proportionate for the application of the concepts of "Impairment" emanated by FASB in vigourous since 1995 suffered alterations recently

These alterations started to consider Goodwill and other intangible assets as items of uncertain useful life, since they satisfy the respective deliberations regarding the test of Impairment.

The inherent consequences to this well-known fact of the history of the international accounting are analyzed under them accounting and economical focuses, creating a favorable scenery and space for the reader's reflection.

In relation with deliberation of international accounting pattern concept, many analysts agree with the use of Impairment Test to improve the quality adopted internationally.

A revision of the differences of patterns about the goodwill would reduct the questions about the possibility to aim, any time, an accounting agreement with high quality.

## 1. Introdução

A antiga e saudável prática da regulamentação de princípios contábeis geralmente aceitos (GAAP) para a publicação das demonstrações contábeis no mercado norte-americano (mais especificamente para a emissão de ADR's visando a captação de recursos na bolsa de Nova Iorque) freqüentemente traz à tona assuntos de grande interesse ao mercado de ações naquele país, e conseqüentemente a todos os demais interessados situados ao redor do globo, direta ou indiretamente) bem como por vezes, ainda que mais raramente, proporciona oportunidades únicas ao mundo acadêmico de discutir o tratamento contábil dado a este ou àquele assunto, de modo mais específico.

Sob este ponto de vista, a recente normatização do FASB que delibera sobre o tratamento que deve ser dado ao Goodwill e demais ativos intangíveis via teste de Impairment (SFAS 142) trouxe aos acadêmicos da contabilidade, em particular, uma valiosa oportunidade para reflexão sobre o assunto sobre a aderência da legislação em vigor para com a teoria da contabilidade pura. É importante ressaltar que historicamente o tratamento contábil dado ao Goodwill sempre foi objeto de discussões calorosas, sendo que o próprio FASB recentemente teve dificuldades em alinhar por meio de consenso de seus próprios integrantes as diretrizes básicas contidas no SFAS 142 (em vigor desde 01/01/2002).

A divergência de opiniões sobre a dualidade Goodwill versus Impairment é justificada em parte pela subjetividade implícita ao conceito de Goodwill e em parte pela enorme relevância dos ativos classificados como intangíveis (incluindo o Goodwill) nas demonstrações contábeis das empresas neste início de século XXI. As implicações de caráter financeiro da mudança de critérios nesta área da contabilidade estão repercutindo já há algum tempo no ambiente econômico e financeiro internacional, motivado pelo reconhecimento de perdas astronômicas causadas, sobretudo, pela valorização excessiva de ações de empresas de tecnologia (mas não exclusivamente) no mercado de ações norte americano, em um período anterior, conhecido como “efeito bolha”, mais notória e expressiva na NASDAQ.

O conflito entre a correta evidenciação dos valores do Goodwill e demais ativos intangíveis face à nova legislação e à atual realidade do mercado de ações constituem, desta forma, um cenário propício para a correta interpretação e aplicação dos novos princípios contábeis emanados pelo FASB, descritos na seqüência.

## 2. Goodwill & FASB – um pequeno retrospecto histórico.

Desde Agosto de 1996, o FASB tem discutido mudanças na contabilização da combinação de negócios, incluindo o goodwill e outros ativos intangíveis. A crescente participação de itens como capital intelectual e marcas e patentes na composição do valor explícito do goodwill na última década do século XX passou a requerer critérios de mensuração mais alinhados e aderentes para com a realidade econômica e acionária das empresas, principalmente as de alta tecnologia, como as empresas do vale do silício.

Uma primeira versão destas propostas de alteração foi trazida a público em Setembro de 1999, quando seguindo os trâmites legais o FASB propôs a extinção do método de contabilização da combinação de negócios, como praticada até àquele momento. Na mesma ocasião, o FASB propôs que o goodwill fosse amortizado durante toda sua vida econômica, limitado a vinte anos, assim como os demais ativos intangíveis passivos de identificação.

Devido à proposição da eliminação da contabilização do pooling-of-interests (combinação de negócios), o FASB encontrou resistências internas de alguns de seus membros constituintes, bem como de profissionais formadores de opinião no mercado. Como resultado desta resistência, o FASB re-deliberou a proposta de setembro de 1999, trazendo à luz, em fevereiro de 2001, uma nova deliberação a qual confirmava a eliminação do pooling-

of-interests e lançava a possibilidade de apaziguar as críticas sofridas pelos analistas de mercado, adotando um critério diferenciado para o tratamento do goodwill. A normatização proposta em fevereiro de 2001, entretanto, deixou intactas as proposições sobre os demais ativos intangíveis publicadas em Setembro de 1999.

Finalmente, em Junho de 2001, o FASB concluiu a elaboração dos pronunciamentos sobre combinações de negócios (SFAS 141) e sobre o goodwill e ativos intangíveis (SFAS 142). O SFAS 141 (Business Combinations) substituiu o APB 16 (Business Combinations). O SFAS 142 (Goodwill and other intangible assets) substituiu o APB 17 (Intangible Assets), ambos a partir de 01/01/2002 e estabelecem novas normas para o tratamento de ativos intangíveis identificados e não identificados, criados ou adquiridos pelas empresas, incluindo o goodwill. O goodwill não é considerado pelo FASB como um ativo identificável e, de acordo com o SFAS 142, recebe um tratamento contábil diferenciado em relação aos demais ativos intangíveis.

### **3. Ativos Intangíveis sob vida útil indeterminada.**

Segundo o FASB, os ativos intangíveis são definidos como sendo “ativos correntes e não correntes os quais carecem de substância material”. Excluí-se desta definição, entretanto e especificamente, os instrumentos financeiros (aplicações financeiras, investimentos ) e os impostos diferidos do ativo. Ainda segundo as novas deliberações do FASB, os ativos intangíveis adquiridos são reconhecidos separadamente do goodwill se puderem se encaixar nos seguintes critérios:

- 1) Os controles sobre os benefícios econômicos futuros destes ativos são obtidos de forma contratual ou de direitos legais e podem ser reconhecidos e separados dos demais direitos e obrigações associados;
- 2) O ativo é capaz de ser separado ou dividido e vendido, transferido, licenciado ou alugado, através de contrato específico.

O APB 17 requeria a amortização de todos os ativos intangíveis pelo período de vida útil econômica do bem ou pelo período de 40 anos, dos dois o menor. Entretanto, a principal mudança na legislação entre o APB 17 em termos de sua substituição pelo SFAS 142 é que a vida indefinida dos ativos intangíveis passou a ser reconhecida. Inicialmente, de acordo com a promulgação do APB 17, a amortização de todos os ativos intangíveis em um período finito havia sido requerida pela legislação em vigor. O novo pronunciamento do FASB, causador de surpresa generalizada no mercado econômico e financeiro, acabou com essa exigência de longa tradição na elaboração das demonstrações contábeis.

De acordo com as novas diretrizes do FASB, a vida econômica de um bem pode ser considerada como indeterminada, desde que suporte e permita uma clara identificação dos fluxos de caixa futuros associados, os quais devem ser compatíveis com essa realidade econômica, não sendo passível, portanto, de amortização associada. Ao invés disto, o valor corrente dos ativos intangíveis passam a ser tratados por Impairment, de acordo com o SFAS 121 (Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets and for Long-Lived Assets to Be Disposed of), sempre que eventos ou circunstâncias indiquem uma revisão dos valores destes ativos que estejam contabilmente registrados. Nestes termos, uma perda será reconhecida se o valor registrado contabilmente exceder o valor de mercado. No entanto, a amortização de um ativo nestas condições começará a ser adotada tão logo surjam evidências que a vida econômica do mesmo não pode ser classificada como indefinida.

Como citado anteriormente, a decisão de se permitir o reconhecimento de uma “vida infinita” de um ativo intangível foi baseada em partes no crescimento da presença dos ativos baseados em capital intelectual e no fenômeno dos negócios baseados no conhecimento aplicado. A extensão dos ativos intangíveis é mais claramente compreendida atualmente do que o foi no passado, além do que o devido reconhecimento destes ativos nas demonstrações contábeis é cada vez mais relevante no mundo dos negócios.

Assim, de acordo com a nova ordem econômica mundial, para companhias manufatureiras pode-se considerar como ativo típico os tangíveis como fábrica e equipamentos. Para instituições financeiras, pode-se considerar como ativos principais os instrumentos financeiros. E para o segmento de alta tecnologia, onde as empresas baseiam-se no capital intelectual ou conhecimento, os ativos primários são intangíveis como patentes e direitos autorais. Empresas que possuem ativos intangíveis como os principais de seu ativo total estão, cada vez mais, crescendo em sua participação na economia.

Em reconhecimento a esta característica e à participação destas empresas no mercado, o FASB concluiu que a permutabilidade é a melhor base para o reconhecimento dos diferentes tipos de ativos intangíveis, pois os mesmos são passíveis de serem transferidos de propriedade sem perderem a capacidade de gerar os fluxos de caixa associados. Isso demonstra que as diretrizes expressas pelo APB 17 eram inadequadas, como demonstrado pelo fato de somente alguns poucos ativos intangíveis estarem sujeitos à amortização.

Em adição aos novos conceitos sobre o tratamento dos ativos intangíveis, o SFAS 142 traz uma lista dos ativos intangíveis que pela sua essência podem ser considerados destacados do goodwill. Alguns dos principais itens desta lista estão destacados nos tópicos abaixo relacionados:

- a) Direitos sobre o mercado de intangíveis: direitos sobre rotas, sistemas de entrega e canais de distribuição;
- b) Contratos sobre consultoria, licenças, manufaturas ;
- c) Contratos relacionados a inovações tecnológicas que tenham relação com o mercado, como softwares, sistemas de informação, .
- d) Patentes, direitos de reprodução, “trade-marks” e “trade-names”.

#### **4. O Goodwill sob a ótica do SFAS 142**

Neste ponto de análise é importante ressaltar que o goodwill recebeu um tratamento especial por parte do SFAS 142, já que não é identificável separadamente ou transferível, em oposição aos demais ativos intangíveis. É interessante a definição de goodwill emanada pelo FASB: O SFAS 142 trata o goodwill como sendo o “resultado de uma combinação entre duas ou mais empresas de caráter não lucrativo ou pela aquisição de uma empresa de caráter lucrativo por uma de caráter não lucrativo”. Desta forma, o goodwill é reconhecido como sendo o excesso do custo de aquisição sobre o valor líquido de seus ativos identificáveis (incluindo os ativos intangíveis identificáveis) adquiridos.

Graficamente, tem-se a seguinte composição do ativo total:

### **Composição do Valor Integral do Ativo**

Valor atribuído ao Goodwill .

Valores referente aos demais intangíveis

Valores Contábeis Ajustados .

Valores Registrados Contabilmente .

De acordo com o SFAS 142, o goodwill não é mais passível de amortização. O goodwill está sujeito, entretanto, ao teste de impairment detalhado no statement específico ao mesmo. Anteriormente, o SFAS 121 não aplicava ao goodwill e ao goodwill associado à aquisições de tangíveis como propriedade e equipamentos o teste do impairment associados ao mesmos o qual é descrito no SFAS 121.

### **5. Goodwill & Responsabilidade face ao mercado**

O teste de impairment sobre o goodwill é aplicado ao menos uma vez ao ano e, adicionalmente, quando eventos ou circunstâncias indicarem que o impairment PODE existir. Se os indicadores apontarem para a efetivação do teste não só do goodwill como também nos ativos de longa duração, o teste do goodwill deve ser realizado em primeiro lugar.

O teste de impairment sobre o goodwill é realizado sempre ao nível do *reporting da unidade*. O reporting da unidade é definido como sendo o menor ou mais baixo nível no qual podem ser reconhecidas as atividades de negócio da empresa e que podem ser distinguidas tanto física como operacionalmente, para efeito de reporting interno. Esta segregação pode, eventualmente, ser reconhecida pelas empresas como divisões ou unidades de negócio.

O statement ou SFAS 142 determina que a unidade de negócio ou de reporting esteja caracterizada por um nível de operacionalização o qual seja suficiente para que a determinação da performance ou resultado específico seja passível de ser mensurado. As unidades de reporting podem ser diferenciadas dos segmentos operacionais de acordo com os critérios emanados pelo SFAS 131 (Disclosure about Segments of na Enterprise and Related Information), no qual o reporting da unidade é esperado como sendo o de menor nível de segmentação. Em todos os casos, entretanto, o reporting da unidade não pode ter maior valor agregado do que o reporting da organização à qual pertence. As diretrizes do SFAS 142 determinam que deve possuir somente um reporting por unidade de negócio, o qual constituirá, naturalmente, a base para a aplicação do teste de impairment.

Neste ponto, é importante atentarmo-nos ao fato do FASB, através do SFAS 142, ter orientado a aplicabilidade do teste de impairment ao goodwill seguindo uma trajetória capaz de não deixar dúvidas quanto ao real valor do goodwill a ser considerado no teste de Impairment; em outras palavras, não é permitida pelo FASB a prática das empresas submeterem ao teste de impairment o seu goodwill global, pois unidades de negócio ou de reporting lucrativas podem, eventualmente, dar subsídio a uma valorização excessiva de outras unidades menos rentáveis do ponto de vista econômico.

Em se tratando de calendário, o SFAS 142 exigiu que a entidade (empresa), realizasse em até seis meses (a partir de Junho de 2001) uma análise e real precificação de seus ativos intangíveis os quais serão submetidos ao teste anual de impairment, a partir de 01/01/2002. Quando o valor do goodwill for significativo em relação aos demais ativos líquidos da divisão

ou menor centro operacional identificável da companhia, o estudo comparativo do valor dos ativos pertinentes que serão submetidos ao teste de impairment deve ser realizado de acordo com os períodos abaixo descritos:

- a) Quando uma nova unidade de reporting é criada: 1 ano;
- b) Quando os valores dos ativos da unidade de reporting sofrem uma mudança substancial logo após sua aquisição: 1 ano;
- c) Quando a unidade de reporting sofre uma modificação substancial pela reorganização da estrutura de reporting da entidade: na data da reorganização.

É importante considerar, no entanto, que a gerência deverá identificar eventos ou circunstâncias que indicam que o goodwill pode vir a sofrer uma redução de valor, requerendo uma imediata análise da mensuração adotada para facilitar o cálculo do impairment a ser aplicado. Da mesma forma, o SFAS 142 determina que os ativos intangíveis não sujeitos à amortização sejam submetidos ao teste de impairment ao menos uma vez ao ano e, adicionalmente, sempre que um evento ou circunstância indicarem que o ativo pode ser submetido a uma redução de seu valor contábil. O SFAS 142 exemplifica alguns eventos ou circunstâncias as quais requerem que o goodwill da unidade de reporting seja submetido ao teste de impairment:

- a) Se as operações correntes da companhia ou uma diminuição do fluxo de caixa da unidade de reporting puderem ser relacionados à um histórico que permita identificar futuras perdas no fluxo de caixa (adicionais), identificando-se, portanto, um cenário de perdas futuras constantes;
- b) Se houver uma mudança relevante em uma ou mais de uma premissa (relacionadas abaixo) utilizada para a mensuração do fair value da unidade de reporting, como:
  - b1) Introdução de novos produtos, serviços ou tecnologias por competidores as quais permitem causar uma expectativa de uma redução significativa de vendas e conseqüentemente do fluxo de caixa futuro;
  - b2) Redução da estimativa de vendas futuras pelo advento de novos cenários econômicos ou outros fatores;
  - b3) Redução da expectativa da geração de lucros ou fluxo de caixa devido à acréscimos no custo de fabricação ou à inabilidade em adotar um plano de redução de custos a médio e longo prazo;
  - b4) Um recurso ou tecnologia atualmente em utilização pela organização (os quais não possuem substitutos alternativos) deverá ser devolvido ou disponibilizado com uma antecedência maior do que a prevista inicialmente;
  - b5) Mudanças ou reestruturações na unidade de reporting patrocinadas pela gerência.
  - b6) Mudança no desempenho econômico / financeiro da unidade de reporting causadas por diretrizes emanadas por órgãos reguladores;

Similarmente aos exemplos previstos no SFAS 121, a listagem acima descrita não pretende esgotar os casos em que o teste de impairment deverá ser realizado. Outros indicadores podem ser os causadores da aplicabilidade do teste de impairment, e devem ser reconhecidos pela gerência. Desta forma, a disposição do FASB é clara ao afirmar que como condutores e conhecedores do negócio, os executivos das empresas devem estar atentos a quaisquer acontecimentos explícitos ou implícitos que justifiquem uma clara redução tanto do goodwill como dos demais ativos intangíveis. Essa atribuição de responsabilidade é acompanhada da exigência de se manter atualizada uma farta documentação a qual seja capaz de dar subsídio às decisões da gerência face ao disclosure repassado ao mercado.

## **6. Impairment Test & Goodwill**

Se o teste de impairment é indicado, a atual determinação sobre como o goodwill deve ser submetido ao “impairment” exige a aplicabilidade dos seguintes critérios ou passos:

- 1) Determinação do fair value da unidade de reporting como um todo;
- 2) Determinação do fair value dos ativos líquidos passivos de reconhecimento;
- 3) Registro da diferença entre o fair value dos ativos líquidos passivos de reconhecimento e o fair value da unidade de reporting como um todo; A diferença dará origem ao valor do impairment a ser aplicado sobre o goodwill da unidade de reporting;
- 4) Se o valor registrado do goodwill da unidade de negócio exceder o valor encontrado após a aplicação do impairment, o goodwill será reduzido pelo valor adicional encontrado e a perda deverá ser reconhecida.

Em consonância com as práticas contábeis adotadas nos US GAAP, sobre o reconhecimento das perdas advindas do impairment de ativos, o ajuste do valor corrente do goodwill será irreversível, sendo futuras reversões da perda terminantemente proibidas.

De acordo com o FASB, o fair value de um ativo (passivo) é o valor pelo qual o ativo pode ser negociado (liquidado) numa transação entre as partes interessadas, ou mesmo numa eventual venda por motivos de liquidação da entidade. Os preços praticados pelo mercado podem ser considerados como a melhor base de estimativa ou evidência do fair value correspondente a um ativo que esteja em condições de ser avaliado por este método.

Ainda segundo o FASB, o fair value de uma unidade de reporting é definido como o valor pelo qual uma entidade pode ser vendida ou comprada entre as partes interessadas. A determinação do valor correspondente do goodwill é baseada na premissa de que o fair value da unidade de reporting como um todo sempre será diferente do fair value da soma de seus ativos líquidos. Este princípio só é válido se a metodologia utilizada no primeiro caso for aderente ou consistente com a metodologia utilizada no segundo caso. Por exemplo: as estimativas dos montantes dos fluxos de caixa futuros gerados por ativos representativos face ao ativo total devem ser consistentes com as estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados pela unidade de reporting como um todo.

Para ilustrar a aplicabilidade do teste de Impairment, consideremos o seguinte exemplo:

Valor contábil do ativo, incluindo o <u>Goodwill</u>	US\$ 225.000
<u>Fair value</u> do ativo = Fluxo de caixa descontado	US\$ 200.000
<u>Net Fair Value</u> ativos e passivos da unidade de <u>reporting</u> , Incluindo ativos intangíveis não reconhecidos	US\$ 185.000

Cálculo do valor do Goodwill:  $\text{US\$ } 225.000 - \text{US\$ } 200.000 = \text{US\$ } 25.000$

Implied Fair Value:  $\text{US\$ } 185.000 - \text{US\$ } 200.000 = \text{US\$ } (15.000)$

**Impairment Loss** =  $\text{US\$ } 25.000 - \text{US\$ } 15.000 = \text{US\$ } 10.000$

Relembrando:

US\$ 225.000 – Valor contábil da unidade de reporting;

US\$ 200.000 – Fluxo de caixa descontado da unidade de reporting;

US\$ 185.000 – Valor pelo qual a unidade de reporting seria negociada

De outra forma, seguindo os critérios relativos à aplicabilidade do teste de impairment emanados pelo FASB, como visto anteriormente:

Determinação do fair value da unidade de reporting como um todo:

US\$ 200.000

Determinação do fair value dos ativos líquidos passivos de reconhecimento:

US\$ 185.000

Registro da diferença entre o fair value dos ativos líquidos passivos de reconhecimento e o fair value da unidade de reporting como um todo; A diferença dará origem ao valor do impairment a ser aplicado sobre o goodwill da unidade de reporting:

**Implied Fair Value:**  $\text{US\$ } 185.000 - \text{US\$ } 200.000 = \text{US\$ } (15.000)$

Se o valor registrado do goodwill da unidade de negócio exceder o valor encontrado após a aplicação do impairment, o goodwill será reduzido pelo valor adicional encontrado e a perda deverá ser reconhecida.

Goodwill Explícito = US\$ 25.000

Goodwill Implícito = US\$ 15.000

**Impairment loss** =  $\text{US\$ } 25.000 - \text{US\$ } 15.000 = \text{US\$ } 10.000$

Observações:

O teste de impairment é composto por duas etapas distintas:



A primeira consiste em sabermos se o valor do fair value da unidade de reporting como um todo é menor, maior ou igual ao valor da unidade de reporting registrado contabilmente, incluindo o goodwill associado. Como vimos:

$\text{US\$ } 200.000 < \text{US\$ } 225.000$  ou seja, o Goodwill registrado contabilmente não passou no primeiro teste (é maior que o valor das projeções de fluxos de caixa futuros), remetendo-nos imediatamente à Segunda etapa do teste de impairment.

A Segunda consiste em se saber se há perda associada a ser contabilizada (reconhecida), considerando-se a diferença encontrada entre o valor do goodwill da unidade de negócio e o valor encontrado após a aplicação do impairment. Se o primeiro exceder o segundo, a diferença é a perda procurada. No exemplo:

$\text{US\$ } 25.000 - \text{US\$ } 15.000 = \text{US\$ } 10.000$  (  $10.000 > \text{zero}$  ). O goodwill registrado não passou no segundo teste e deverá ser reduzido em US\$ 10.000, por impairment. A perda será contabilizada no resultado no grupo “Income from continuous operations”.

A base de Cálculo do Goodwill, a qual será submetida ao teste de impairment no ano posterior (ou a qualquer momento, desde que determinado evento ou circunstância justifique a aplicação do teste) será, portanto, de US\$ 15.000 ( $\text{US\$ } 25.000 - \text{US\$ } 10.000$ ).

## **Considerações Finais**

A nova sistemática de desvalorização dos ativos intangíveis e do goodwill adotada pelo FASB através dos SFAS 142 parece ser a mais indicada para se tratar o reconhecimento da perda da capacidade de geração dos fluxos de caixa futuros por parte dos ativos, quer sejam tangíveis ou intangíveis, passíveis de reconhecimento.

É importante notar que toda a legislação acerca da aplicabilidade ou não do teste de impairment ao goodwill e demais ativos intangíveis possui um só macro-objetivo: Proporcionar ao mercado práticas que aumentem substancialmente a transparência da valorização e contabilização de ativos que carecem de substância, identificáveis ou não identificáveis.

Por outro lado, a prática da não amortização destes ativos, de acordo com as normas do SFAS 142, oficializa o que há tempos era praticado pelo mercado via analistas de investimento: Ativos Intangíveis já totalmente amortizados pelas empresas e que continuam gerando fluxo de caixa sempre foram reconhecidos como ótimas oportunidades de investimento.

De fato, independentemente do que estabelece as normas emitidas pelo FASB ou por qualquer outro órgão regulador, o aspecto econômico de um ativo sempre prevaleceu e prevalecerá sobre os critérios dos ativos e sua mensuração, perante o mercado.

O fato do FASB ter-se aproximado do que é praticado há tempos pelo mercado via SFAS 142 (a não depreciação de ativos intangíveis, incluindo o goodwill, capazes de continuar a gerar fluxos de caixa) além de causar surpresa geral ao mercado, constituiu um marco na história da contabilidade, dada a relevância da determinação para o mercado e do histórico um tanto que heterogêneo, sob o ponto de vista acadêmico.

## **Bibliografia**

DELANEY, Patrick R. & NACH, Ralph & EPSTEIN, Barry J. & BUDAK, Susan Weiss – Wiley Gaap 2002, Primeira Edição, New York, Wiley, 2002.

HARTMAN, Bart P. & HARPER, Robert M. & KNOBLETT, James A. & RECKERS, Philip M. - Intermediate Accounting, Terceira Edição, Ohio, South Western College Publishing, 2000.

HENDRIKSEN, Eldon S. & BREDÁ, Michael F. – Teoria da Contabilidade – Tradução de Antonio Z. Sanvicente, Quinta Edição, São Paulo, Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio & MARTINS, Eliseu & GELBCKE, Ernesto Rubens – Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, Quinta Edição, São Paulo, Atlas, 2000.

SFAS 121 – Financial Accounting Standards Board, Pronunciamento de março de 1995, Norwalk, FASB, 1995.

SFAS 131 / 141 / 142 – Financial Accounting Standards Board, FASB.

SUZUKI, Auro & NOVAES, Fabiana & DAYAL, Sapna – Comparações entre Práticas Contábeis Internacionais, Americanas e Brasileiras, Segunda Edição, São Paulo, DPP Brasil, 2001.

WAXMAN, N Robet - Goodwill convergence, *The CPA Journal*; New York; Oct 2001.